

CUIABÁ, 20 SETEMBRO/2018



**20 de Setembro**

**CALENÁRIO DE EVENTOS ADUFMAT-SSIND**

**40 Anos ADUFMAT**

**15h no Auditório da Adumat-SSind**

**CRISE DE FINANCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA PÚBLICA**  
"Crisis de Financiamento das Universidades Federais da Ciência e Tecnologia Pública" com o Prof. Luiz Fernando Reis  
Professor do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Dr. em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

**LANÇAMENTO da Cartilha**

**A PARTIR DAS 17h**  
3ª Edição da Feira do Livro

**3ª Feira do Livro**

**LUSCO FUSCO literário**

**A PARTIR DAS 18H**  
3ª EDIÇÃO DO LUSCO FUSCO  
comida, apresentações musicais e diversão

# CRISE DE FINANCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA PÚBLICA

**Luiz Fernando Reis**

**Universidade Estadual do Oeste do Paraná**

- GRUPO DE ESTUDOS EM POLÍTICA EDUCACIONAL E SOCIAL (GEPES UNIOESTE/CNPQ)
- REDE UNIVERSITAS/BR

# PRESSUPOSTO:

- **O Ministério da Fazenda, por meio da política econômica adotada, tem papel central na definição das prioridades para a destinação efetiva dos recursos orçamentários do fundo público.**
- **O mesmo ocorre em relação às secretarias estaduais da Fazenda.**

# MOMENTOS DA APRESENTAÇÃO

- Contexto: Política econômica, ajuste fiscal e o financiamento das Universidades Federais e da Ciência e Tecnologia no Brasil (“Uma Ponte para o Futuro”);
- A destinação efetiva dos recursos do orçamento da União (2003-2017): dívida pública; universidades federais; instituições privadas de ensino superior (Fies e Prouni); Ciência e Tecnologia; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes);

## **PENSAR A CRISE NO CONTEXTO DO AJUSTE FISCAL**

- Desde 2015, quando o país passou a enfrentar de forma mais aguda uma grave recessão econômica, a classe trabalhadora tem sido pressionada a pagar o preço da crise.
- O ajuste fiscal, focado no superávit primário, procura proteger os interesses dos detentores do capital produtivo e dos títulos da dívida pública e resulta num ataque sem precedentes aos serviços públicos, na restrição de direitos da classe trabalhadora, no desemprego massivo, em perdas salariais e na precarização das condições de trabalho.

## **O GOLPE E O APROFUNDAMENTO DA AGENDA REGRESSIVA**

- Com o golpe parlamentar que afastou Dilma da presidência da República, Temer assumiu o cargo de presidente em 12 de maio/2016 com a tarefa de aprofundar uma agenda regressiva.
- A coalização financeiro-empresarial que conduziu ilegalmente Temer ao governo lhe atribuiu como tarefa: a “reforma” da previdência, a revogação das leis trabalhistas, o congelamento dos investimentos nas políticas sociais, a privatização do que restou do patrimônio público e a redução da carga tributária para os mais ricos.

## **PENSAR O BRASIL NO CONTEXTO DO AJUSTE FISCAL E DA CRISE DO SISTEMA DO CAPITAL**

- O ajuste fiscal é uma resposta, do ponto de vista do capital, para tentar debelar sua crise estrutural que persiste desde o final dos anos 1960 (Mészáros, 2009).
- Nesse contexto, a dívida pública, converteu-se num instrumento de acumulação do capital, especialmente do capital financeiro/especulativo.
- O crescimento exponencial das despesas com a dívida pública dos Estados nacionais passou a “justificar” a implementação de políticas que resultaram na privatização do patrimônio público, em “reformas” que cassaram direitos e ampliaram a exploração da classe trabalhadora.

## O PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA COMO “JUSTIFICATIVA” PARA A APROVAÇÃO DAS CONTRARREFORMAS E A AMPLIAÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA

- No Brasil, a elevada subtração de recursos da União e dos estados para o pagamento da dívida pública tem produzido enormes sacrifícios à população brasileira, especialmente aos trabalhadores mais pobres:
- **1) Restrição do financiamento das políticas sociais**, a proposição e aprovação de contrarreformas que agravarão ainda mais a situação social. Ex: Emenda Constitucional nº 95/2016 (PEC 241-55/2016).
- **2) Aumento da carga tributária**;



# EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95/2016 (PEC 241/2016)

LIMITA POR 20 ANOS OS GASTOS PÚBLICOS NA ÁREA SOCIAL PARA VIABILIZAR O PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA  
(VALORES ATUALIZADOS PELO IPCA JAN/2018)

<b>INVESTIMENTOS SOCIAIS</b>	<b><u>RECURSOS EXECUTADOS</u> ORÇAMENTO DA UNIÃO: (2003-2017)</b>	<b><u>PEC 95/2016</u> ANO ANTERIOR + IPCA (ANO ANTERIOR)</b>	<b>INVESTIMENTO SOCIAL X RENTABILIDADE DO CAPITAL DIFERENÇA</b>
ASSISTÊNCIA SOCIAL	<b>R\$ 860,6 BI</b>	<b>R\$ 294,9 BI</b>	<b>(67,11%)</b>
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	<b>R\$ 122,1 BI</b>	<b>R\$ 69,8 BI</b>	<b>(42,83%)</b>
EDUCAÇÃO	<b>R\$ 1,033 TRI</b>	<b>R\$ 498,3 BI</b>	<b>(51,75%)</b>
SAÚDE	<b>R\$ 1,386 TRI</b>	<b>R\$ 951,9 BI</b>	<b>(31,32%)</b>

FONTE: Senado Federal, 2018c. Demonstrativos da Execução Orçamentária por Funções e Subfunções (2003-2017).



# ORÇAMENTO PÚBLICO:

## OBJETO DE DISPUTA ENTRE GRUPOS/CLASSES SOCIAIS

- O Orçamento Público **NÃO É** uma peça “técnica”: resulta da decisão política do poder Executivo e Legislativo;
- Tal decisão depende, em maior ou menor medida, das disputas entre grupos e classes sociais portadores de projetos societários e de visões de mundo divergentes e/ou antagônicas (**orçamento: resultado provisório da luta entre grupos e classes sociais**);

# ORÇAMENTO (FUNDO PÚBLICO)

- O Orçamento Público é a expressão de uma luta permanente:

**QUEM PAGA A CONTA  
(CONTRIBUINTE)**

**X**

**QUEM SE BENEFICIA DO FUNDO PÚBLICO  
(BENEFICIÁRIO)**

**CONTRIBUI MAIS E SE BENEFICIA MENOS**

**X**

**CONTRIBUIU MENOS E SE BENEFICIA MAIS.**

# QUEM PAGA A CONTA?

## CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL: CRESCENTE

Crescimento de **51,3%** em menos de 30 anos:

**23,4%** (1986)  **35,4%** (2014)

(AMARAL; OLENIKE; AMARAL, 2015);

### ENTRETANTO:

**É PRECISO DISCUTIR COMO OS RECURSOS SÃO ARRECADADOS E DISTRIBUIDOS!**

**NOSSA LUTA PRINCIPAL É PELA AMPLIAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS  
E NÃO PELA REDUÇÃO, SEM CRITÉRIOS, DE IMPOSTOS!**

**O BRASIL É O PAÍS ONDE MAIS SE PAGA IMPOSTOS?? (MITO):**

**ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA EM 2014 – COMPARAÇÃO INTERNACIONAL: BRASIL/OCDE (30 PAÍSES: BRASIL - 20ª POSIÇÃO)**

Fonte: BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal. Carga Tributária no Brasil – 2015. Brasília, DF. 2016.

# QUEM PAGA A CONTA?

## CARGA TRIBUTÁRIA FORTEMENTE REGRESSIVA: CENTRADA NA TRIBUTAÇÃO DO TRABALHO E CONSUMO

- Famílias com **renda mensal de até dois salários mínimos gastam em média 50% de sua renda com pagamento de tributos**, ao passo que aqueles com renda de **mais de trinta salários pagam menos de 30%**.(IPEA, 2009 *apud* BRETTAS, 2012).

## CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL: BASE DE INCIDÊNCIA (2015)

1 - FOLHA DE SALÁRIOS (TRABALHO)	25,83%
2 - CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS	49,68%
TRABALHO E CONSUMO (1 + 2)	<b>75,51%</b>
3 - PROPRIEDADE	4,44%
4 - TRANSAÇÕES FINANCEIRAS	1,80%
PROPRIEDADE E TRANSAÇÕES FINANCEIRAS (3 + 4)	<b>6,24%</b>

FONTE: Secretaria da Receita Federal. **Carga Tributária no Brasil – 2015** (Análise por tributo e base de incidência). 2016.

# **AJUSTE FISCAL E RESTRIÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS**

**PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA:  
“JUSTIFICATIVA” PARA O ATAQUE AOS  
SERVIÇOS PÚBLICOS E AOS DIREITOS  
DOS TRABALHADORES E DA JUVENTUDE**

## DÍVIDA PÚBLICA E RESTRIÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS

O Governo Temer, para continuar garantindo os privilégios do capital financeiro/especulativo, tem adotado medidas que tem aprofundado ainda mais a expropriação dos direitos sociais e a destruição do serviço público (Exemplo: PLP 257/2016 do Governo Dilma e a PEC 241/2016 do Governo Temer).





# Nelson Barbosa (Ministro da Fazenda) ao encaminhar o PL 257/2016 à presidente Dilma

## RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO (2015/2016):

- “Propõe-se a concessão de prazo adicional de até 240 meses [20 anos] para pagamento das dívidas refinanciadas pelos entes estaduais perante a União, mediante celebração de aditivo contratual [...] Em contrapartida, propõem-se [...], que os entes [estados] sancionem e publiquem leis determinando a adoção durante os 24 meses subsequentes de medidas para auxiliá-los a reduzir suas despesas, [...] das quais se destacam: [...] **não conceder aumento de remunerações dos servidores a qualquer título [...] bem como suspender a contratação de pessoal, salvo em casos específicos; limitar o crescimento das outras despesas correntes à variação da inflação [...]**”.

PL 257/2016 (2 ANOS)  PEC 241/2016 (20 ANOS)

No Paraná, para cumprir o “Acordo para Renegociação da Dívida” celebrado com o governo federal (Temer) em 30 de junho/2016, o governador Beto Richa aprovou em 9 de outubro/2017 a lei estadual nº 19.158/2017: **limita o crescimento das despesas primárias (não financeiras) do Paraná à variação da inflação (IPCA).**

**LOA 2018 previu uma redução de aproximadamente R\$ 1,7 bilhão em relação à LOA/2017**

de R\$ 61,5 bilhões (atualizado pelo IPCA: Jan/2018) para R\$ 59,8 bilhões (-2,92%).

(R\$ 2,6 bilhões universidades)

**Henrique Meirelles (ministro da Fazenda)  
ao encaminhar a PEC 241/2016 para Michel Temer**

- “Faz-se necessária mudança de rumos nas contas públicas, para que o País consiga, com a maior brevidade possível, restabelecer a confiança na sustentabilidade dos gastos e da dívida pública.”

**GARANTIR A CAPACIDADE DE SOLVÊNCIA DA UNIÃO:**

**RESTRIÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DOS DIREITOS SOCIAIS  
PARA GARANTIR A RENTABILIDADE DO CAPITAL  
FINANCEIRO/ESPECULATIVO.**

# “UMA PONTE PARA O FUTURO” OU O REGRESSO AO SÉCULO PASSADO?

- O programa de governo de Temer (“**Uma Ponte para o Futuro**”) tem se traduzido na proposição e aprovação de “reformas” que resultaram na destruição de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, como resultado de suas lutas desde o início do século passado (século XX).
- Direitos trabalhistas, por exemplo, conquistados durante o governo Vargas, na década de 1940, foram destruídos pela reforma trabalhista de Temer: “*na área trabalhista permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais [...].* (PMDB, 2015, p. 19).

## “UMA PONTE PARA O FUTURO” OU O REGRESSO AO SÉCULO PASSADO?

- O documento “Uma ponte para o futuro”, programa do governo Temer, inicialmente procura caracterizar a crise brasileira:

No Brasil de hoje a crise fiscal, traduzida em déficits elevados, e a tendência do endividamento do Estado, tornou-se o mais importante obstáculo para a retomada do crescimento econômico.. [...] Nosso desajuste fiscal chegou a um ponto crítico. **Sua solução será muito dura para o conjunto da população**, terá que conter medidas de emergência, mas principalmente reformas estruturais. (PMDB, 2015, p 5).

## “UMA PONTE PARA O FUTURO” OU O REGRESSO AO SÉCULO PASSADO?

- De acordo com o documento “Uma ponte para o Futuro” (PMDB, 2015) a crise fiscal teria origem no fato de:

As despesas públicas primárias, ou não financeiras, têm crescido sistematicamente acima do crescimento do PIB, a partir da Constituição de 1988. **Em parte estes aumentos se devem aos novos encargos atribuídos ao Estado pela Constituição [...].** Na ausência de uma ação forte e articulada, que conduza a um conjunto de reformas nas leis e na Constituição, a crise fiscal não será resolvida [...] **O Brasil gasta muito com políticas públicas [...]** (PMDB, 2015, p. 6-7, 19 grifos nossos).

O diagnóstico, sem rodeios, aponta como origem da chamada crise fiscal do Estado brasileiro os novos encargos, os direitos sociais, previstos na Constituição federal de 1988.

## “UMA PONTE PARA O FUTURO”: QUEM DEVE PAGAR A CONTA DA CRISE

- de acordo com o governo Temer, a resolução da chamada crise fiscal, o equilíbrio das contas públicas, “*consiste* [dentre outras medidas] *na redução estrutural das despesas públicas* [...]” (PMDB, 2015, p.16).

Se quisermos atingir o equilíbrio das contas públicas, sem o aumento dos impostos, não há outra saída a não ser devolver ao orçamento anual a sua autonomia. [...] Por isso **é necessário em primeiro lugar [1] acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação [PEC 241/2016] [...] Outro elemento para o novo orçamento tem que ser [2] o fim de todas as indexações, seja para salários, benefícios previdenciários e tudo o mais [Reforma da Previdência]..** (PMDB, 2015, p. 9-10)

## GASTOS COM EDUCAÇÃO, SAÚDE E PREVIDÊNCIA INVIABILIZARAM O CONTROLE DO GASTO PÚBLICO?



**"As despesas com educação e saúde são itens que, na prática, junto com Previdência, inviabilizaram um controle maior de despesas nas últimas décadas".**

HENRIQUE MEIRELLES (MINISTRO DA FAZENDA)

FONTE: Jornal Brasil 247

<http://www.brasil247.com/pt/247/economia/241561/Meirelles-Educa%C3%A7%C3%A3o-e-Sa%C3%BAde-inviabilizam-ajuste.htm>





**PRIORIDADE DA  
POLÍTICA ECONÔMICA:  
RENTABILIDADE DO  
CAPITAL FINANCEIRO  
E ESPECULATIVO**

**X**

~~**NECESSIDADES SOCIAIS**~~  
(~~EDUCAÇÃO SUPERIOR — CIÊNCIA E TECNOLOGIA~~)

## DESTINAÇÃO PERCENTUAL DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA UNIÃO: 2003-2017

DESPESAS SELECIONADAS	PERCENTUAL MÉDIO (2003-2017)
JUROS, AMORTIZAÇÕES E REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA	<b>46,56%</b>
JUROS, AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA	<b>19,82%</b>
SAÚDE	<b>3,90%</b>
EDUCAÇÃO	<b>2,91%</b>
ASSISTÊNCIA SOCIAL	<b>2,52%</b>
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	<b>0,34%</b>
SAÚDE EDUCAÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL CIÊNCIA E TECNOLOGIA	<b>9,67%</b>
UNIVERSIDADES FEDERAIS	<b>1,56%</b>

Fonte: Senado Federal (2018a; 2018b).

**Tabela 1 - Despesas da União com juros, amortizações e refinanciamento da dívida pública (interna e externa) no período de 2003 a 2017, a preços de janeiro de 2018 – IPCA.**

ANO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	REFINANCIAMENTO	DESPESA TOTAL (DÍVIDA PÚBLICA)
2003	148.979.076.019	200.068.092.451	848.899.991.152	1.197.947.159.623
2004	158.192.938.095	168.393.638.336	759.025.943.242	1.085.612.519.674
2005	178.806.945.637	106.540.401.019	986.346.231.121	1.271.693.577.777
2006	288.756.016.636	238.483.503.520	712.426.816.459	1.239.666.336.615
2007	258.629.695.909	179.284.013.948	690.502.598.660	1.128.416.308.517
2008	192.199.483.038	301.183.023.440	481.910.014.405	975.292.520.884
2009	207.215.147.367	426.209.395.176	435.036.827.105	1.068.461.369.648
2010	193.812.529.895	226.512.453.722	587.291.156.588	1.007.616.140.205
2011	194.666.922.939	162.603.793.602	694.525.649.204	1.051.796.365.745
2012	188.852.818.057	453.226.016.211	418.559.869.977	1.060.638.704.245
2013	187.934.728.288	442.039.315.366	322.849.227.445	952.823.271.099
2014	212.476.483.625	240.373.103.500	766.901.327.522	1.219.750.914.647
2015	238.364.838.503	211.059.213.314	651.359.068.312	1.100.783.120.129
2016	215.556.353.008	288.994.298.401	684.433.431.148	1.188.984.082.557
2017	206.562.254.916	330.112.136.615	466.208.048.930	1.002.882.440.461
<b>TOTAL 2003-2017</b>	<b>3.071.006.231.932</b>	<b>3.975.082.398.621</b>	<b>9.506.276.201.271</b>	<b>16.552.364.831.825</b>

FONTE: Senado Federal, 2018a; 2018b. Portal Orçamento – SIGA Brasil. Demonstrativos da Execução Orçamentária por Grupo Natureza da Despesa – GND e por Órgãos e Unidades Orçamentárias (2003-2017).

**Tabela 2 - Despesas da União com juros e amortizações da dívida pública no período 2003-2017 como percentual das Despesas da União em todas as Funções e como percentual do Produto Interno Bruto (PIB). Valores (R\$ 1,00) a preços de janeiro de 2018 (IPCA)**


ANO	DESPESAS DA UNIÃO TODAS AS FUNÇÕES (A)	PIB (B)	DESPESAS COM JUROS E AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA (C)	(C)/(A) %	(C)/(B) %
2003	1.987.216.461.482	3.895.160.472.325	349.047.168.470	<b>17,56</b>	<b>8,96</b>
2004	1.931.703.196.210	4.164.156.407.484	326.586.576.432	16,91	7,84
2005	2.202.834.524.412	4.320.092.624.505	285.347.346.656	12,95	6,61
2006	2.261.326.345.532	4.602.940.881.878	527.239.520.156	23,32	11,45
2007	2.255.765.314.817	5.014.124.645.723	437.913.709.857	19,41	8,73
2008	2.195.670.869.725	5.424.118.567.020	493.382.506.479	22,47	9,10
2009	2.355.312.350.742	5.542.577.795.902	633.424.542.543	<b>26,89</b>	<b>11,43</b>
2010	2.382.563.437.881	6.151.878.678.050	420.324.983.617	17,64	6,83
2011	2.489.457.324.531	6.497.264.244.840	357.270.716.541	14,35	5,50
2012	2.438.436.631.627	6.781.637.607.600	642.078.834.268	26,33	9,47
2013	2.398.427.683.244	7.070.953.066.370	629.974.043.654	26,27	8,91
2014	2.741.096.560.692	7.208.030.287.370	452.849.587.125	16,52	6,28
2015	2.636.033.375.876	6.859.120.370.130	449.424.051.817	17,05	6,55
2016	2.724.285.351.166	6.585.020.596.386	504.550.651.408	18,52	7,66
2017	2.548.170.051.268	6.671.459.244.167	536.674.391.531	<b>21,06</b>	<b>8,04</b>
Δ 2003-2017	<b>28,23%</b>	<b>71,28%</b>	<b>53,75%</b>		
$\bar{x}$ % 2003-2014			<b>DESPESAS ACUMULADAS COM JUROS E AMORTIZAÇÕES 2003-2017: R\$ 7,046 Trilhões</b>	<b>19,82%</b>	<b>8,22%</b>

FONTE: Senado Federal, 2018a; 2018b (Portal Orçamento). Demonstrativos da Execução Orçamentária por Grupo Natureza da Despesa – GND e por Órgãos e Unidades Orçamentárias (2003-2017). Elaboração: Luiz Fernando Reis.

# GARANTIA DA RENTABILIDADE DO CAPITAL FINANCEIRO: PRINCIPAL PRIORIDADE DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

EVOLUÇÃO DO ESTOQUE E DAS DESPESAS DA UNIÃO COM A DÍVIDA PÚBLICA: 2003-2017  
(VALORES ATUALIZADOS PELO IPCA JAN/2018)

<b>ESTOQUE DA DÍVIDA INTERNA E EXTERNA</b> 31 DEZEMBRO 2002	<b>R\$ 4,448 TRI</b>
DESPESAS DA UNIÃO COM A DÍVIDA PÚBLICA: 2003-2017 <b>JUROS, AMORTIZAÇÕES E REFINANCIAMENTO</b>	<b>R\$ 16,552 TRI</b>
DESPESAS DA UNIÃO COM A DÍVIDA PÚBLICA: 2003-2017 <b>JUROS E AMORTIZAÇÕES</b>	<b>R\$ 7,046 TRI</b>
<b>ESTOQUE DA DÍVIDA INTERNA E EXTERNA</b> 31 DEZEMBRO 2017	<b>R\$ 7,034 TRI</b>
<b>Δ 2003-2017</b>	<b>58,13%</b>



**PRIORIDADES DA POLÍTICA  
ECONÔMICA E A DESTINAÇÃO  
EFETIVA DOS RECURSOS DA UNIÃO  
PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**



# RECURSOS PÚBLICOS E EXPANSÃO DOS GRUPOS EDUCACIONAIS PRIVADOS (CRISE?)

**Tabela 3** - Recursos destinados ao Fies e Prouni como percentual das despesas da União com as universidades federais - 2003-2017. Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2018 (IPCA)

ANO	DESPESAS COM AS UNIVERSIDADES FEDERAIS (A)	DESPESAS COM O FIES E O PROUNI	
		R\$ (A)	% (B)/(A)
2003	20.187.196.628	1.609.450.918	<b>7,97</b>
2004	22.866.012.694	1.484.701.814	6,49
2005	22.600.675.257	1.779.082.121	7,87
2006	27.066.641.607	2.158.076.912	7,97
2007	29.058.193.340	2.430.960.884	8,37
2008	31.278.352.252	2.796.358.920	8,94
2009	36.835.961.847	3.188.857.273	8,66
2010	42.499.166.828	3.645.941.284	8,58
2011	45.349.601.317	4.500.009.323	9,92
2012	42.431.063.757	5.821.235.049	13,72
2013	46.806.531.735	11.446.161.480	<b>24,45</b>
2014	49.276.722.860	16.433.493.441	33,35
2015	48.900.727.030	18.178.015.384	37,17
2016	48.986.388.147	20.129.202.952	41,09
2017	51.599.122.337	21.820.088.542	<b>42,29</b>
<b>Δ 2003-2017 (%)</b>	<b>155,60%</b>	<b>1.255,75</b>	<b>430,61</b>

**Fonte:** Senado Federal (2017b). Demonstrativos da Execução Orçamentária por Órgãos e Unidades Orçamentárias (2003-2017); Secretaria da Receita Federal (2018). Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária - (Gastos Tributários); IPEA (2008). Boletim de Políticas Sociais. Acompanhamento e Análise, nº 16, nov. 2008. Elaboração Luiz Fernando Reis.



**Tabela 4 - Despesas da União com as universidades federais, como percentual do PIB e das despesas da União (todas as funções) - 2003-2017. Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2018 (IPCA)**

ANO	PIB (A)	DESPESAS DA UNIÃO (TODAS AS FUNÇÕES) (B)	DESPESAS COM AS UNIVERSIDADES FEDERAIS (INCLUINDO HUs)		
			R\$ (C)	% C/A	% C/B
2003	3.895.160.472.325	1.987.216.461.482	20.187.196.628	<b>0,52</b>	<b>1,02</b>
2004	4.164.156.407.484	1.931.703.196.210	22.866.012.694	0,55	1,18
2005	4.320.092.624.505	2.202.834.524.412	22.600.675.257	0,52	1,03
2006	4.602.940.881.878	2.261.326.345.532	27.066.641.607	0,59	1,20
2007	5.014.124.645.723	2.255.765.314.817	29.058.193.340	0,58	1,29
2008	5.424.118.567.020	2.195.670.869.725	31.278.352.252	0,58	1,42
2009	5.542.577.795.902	2.355.312.350.742	36.835.961.847	0,66	1,56
2010	6.151.878.678.050	2.382.563.437.881	42.499.166.828	0,69	1,78
2011	6.497.264.244.840	2.489.457.324.531	45.349.601.317	0,70	1,82
2012	6.781.637.607.600	2.438.436.631.627	42.431.063.757	0,63	1,74
2013	7.070.953.066.370	2.398.427.683.244	46.806.531.735	0,66	1,95
2014	7.208.030.287.370	2.741.096.560.692	49.276.722.860	0,68	1,80
2015	6.859.120.370.130	2.636.033.375.876	48.900.727.030	0,71	1,86
2016	6.585.020.596.386	2.724.285.351.166	48.986.388.147	0,74	1,80
2017	6.671.459.244.167	2.548.170.051.268	51.599.122.337	<b>0,77</b>	<b>2,02</b>
<b>Δ 2003-2017</b>	<b>71,28%</b>	<b>28,23%</b>	<b>155,60%</b>		
<b>2003-2017 (% MÉDIO)</b>				<b>0,64</b>	<b>1,56</b>

Fonte: Banco Central do Brasil (2017); Senado Federal (2017). Demonstrativos da Execução Orçamentária por Órgãos e Unidades Orçamentárias (2003-2017). Elaboração: Luiz Fernando Reis.

**Tabela 5** – Evolução das Despesas da União com as universidades federais: Custeio (ODC) e Investimentos como percentual dos recursos globais das universidades- 2003-2017. Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2018 (IPCA).

ANO	RECURSOS GLOBAIS (A)	CUSTEIO (ODC) (B)	INVESTIMENTOS (C)	(B)/(A)	(C)/(A)
2003	20.187.196.628	2.225.565.005	208.924.255	<b>11,02%</b>	<b>1,03%</b>
2004	22.866.012.694	2.760.506.844	290.339.916	12,07%	1,27%
2005	22.600.675.257	3.004.043.539	411.864.094	13,29%	1,82%
2006	27.066.641.607	3.247.236.493	566.842.190	12,00%	2,09%
2007	29.058.193.340	3.785.471.043	1.073.952.804	13,03%	<b>3,70%</b>
2008	31.278.352.252	4.115.148.494	1.084.830.163	13,16%	<b>3,47%</b>
2009	36.835.961.847	4.990.475.083	2.491.349.606	13,55%	<b>6,76%</b>
2010	42.499.166.828	6.469.612.283	2.657.131.923	<b>15,22%</b>	<b>6,25%</b>
2011	45.349.601.317	6.997.826.783	3.628.514.790	<b>15,43%</b>	<b>8,00%</b>
2012	42.431.063.757	6.360.718.493	930.477.965	<b>14,99%</b>	2,19%
2013	46.806.531.735	<b>7.781.818.580</b>	981.865.576	<b>16,63%</b>	2,10%
2014	49.276.722.860	7.698.931.751	<b>1.249.194.134</b>	<b>15,62%</b>	2,54%
2015	48.900.727.030	7.335.152.348	799.103.086	<b>15,00%</b>	1,63%
2016	48.986.388.147	7.560.452.636	698.276.741	<b>15,43%</b>	1,43%
2017	51.599.122.337	<b>7.027.606.544</b>	<b>506.898.252</b>	<b>13,62%</b>	<b>0,98%</b>
<b>Δ 2003-2017</b>	<b>155,60%</b>	<b>215,77%</b>	<b>142,62%</b>		
<b>2003-2017 (% MÉDIO)</b>				<b>14,00%</b>	<b>3,02%</b>
	<b>RESTRICÇÃO DE RECURSOS</b>	<b>- 9,69%</b> <b>(2017/2013)</b>	<b>- 59,42%</b> <b>(2017/2014)</b>		

**Tabela 6** – Evolução das Despesas da União com a UFMT (incluindo o Hospital Júlio Muller): Custeio (ODC) e Investimentos como percentual dos recursos globais da universidade- 2003-2017. Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2018 (IPCA).

ANO	RECURSOS GLOBAIS (A)	CUSTEIO (ODC) (B)	INVESTIMENTOS (C)	(B)/(A)	(C)/(A)
2003	365.074.760	43.463.304	2.322.939	11,91%	0,64%
2004	376.703.314	47.190.173	5.467.556	12,53%	1,45%
2005	376.666.317	54.977.119	7.502.024	14,60%	1,99%
2006	478.034.041	51.958.949	12.813.647	10,87%	2,68%
2007	503.636.434	63.864.006	15.646.254	12,68%	3,11%
2008	556.554.490	66.451.780	20.721.521	11,94%	3,72%
2009	606.664.002	89.273.094	40.105.069	14,72%	<b>6,61%</b>
2010	750.167.126	118.896.956	50.889.547	<b>15,85%</b>	<b>6,78%</b>
2011	807.491.670	123.983.088	99.704.782	<b>15,35%</b>	<b>12,35%</b>
2012	750.704.906	121.903.956	34.227.332	<b>16,24%</b>	<b>4,56%</b>
2013	852.830.507	156.591.465	<b>39.774.134</b>	<b>18,36%</b>	<b>4,66%</b>
2014	893.738.214	<b>159.439.716</b>	32.458.680	<b>17,84%</b>	3,63%
2015	863.592.900	148.982.301	20.038.049	<b>17,25%</b>	2,32%
2016	910.122.381	154.900.979	18.849.305	<b>17,02%</b>	2,07%
2017	1.000.483.232	<b>146.606.734</b>	<b>3.288.111</b>	14,65%	0,98%
<b>Δ 2003-2017</b>	<b>174,05%</b>	<b>237,31%</b>	<b>41,55%</b>		
<b>2003-2017 (% MÉDIO)</b>				<b>14,79%</b>	<b>3,84%</b>
	<b>RESTRIÇÃO DE RECURSOS UFMT</b>	<b>- 8,05%</b> <b>(2017/2014)</b>	<b>- 91,73%</b> <b>(2017/2013)</b>		
	<b>RESTRIÇÃO DE RECURSOS UNIVERSIDADES</b>	<b>-9,69%</b> <b>(2017/2013)</b>	<b>- 59,42%</b> <b>(2017/2014)</b>		

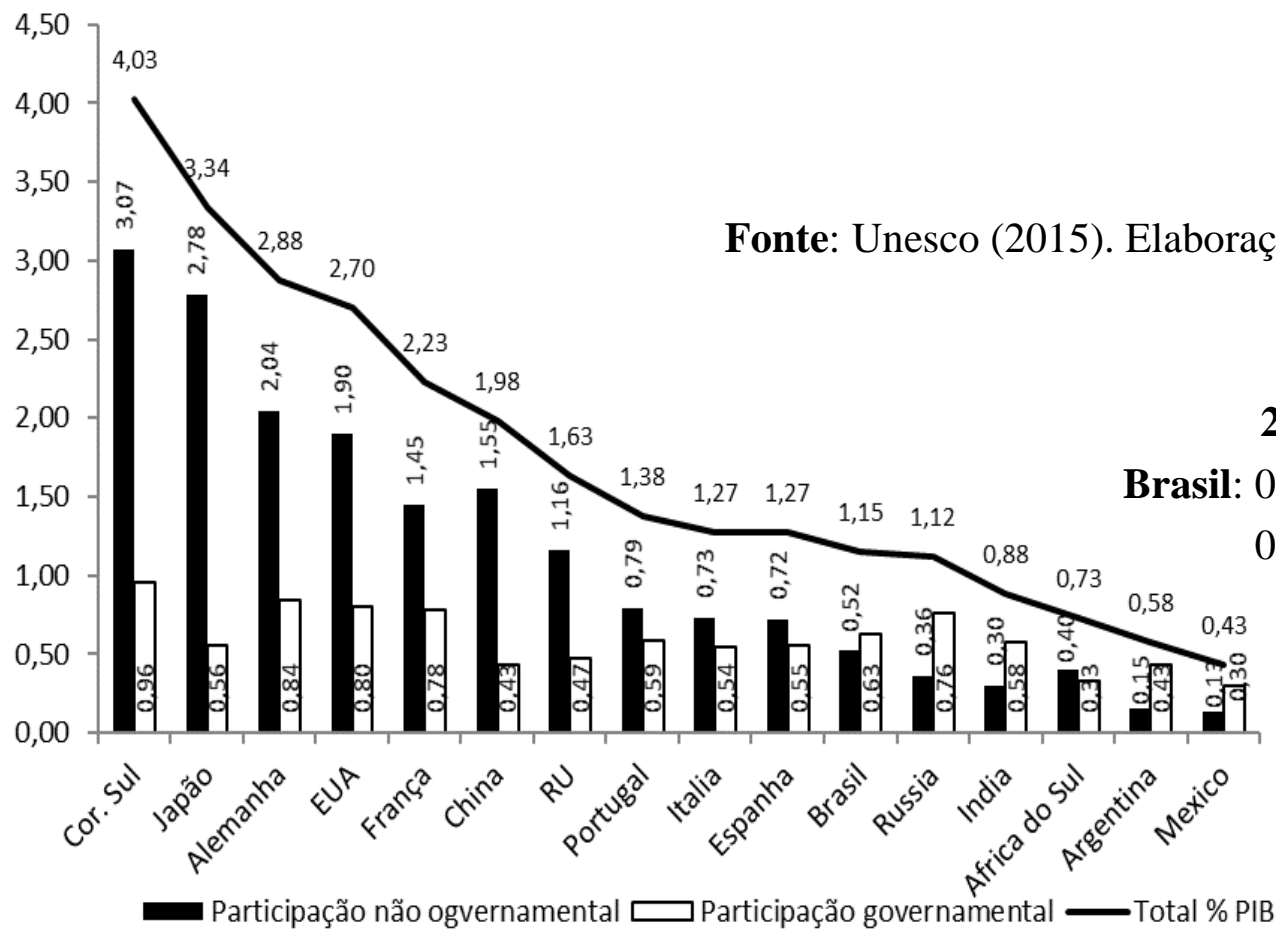
Fonte: Banco Central do Brasil (2017); Senado Federal (2017c). Demonstrativos da Execução Orçamentária por Órgãos e Unidades Orçamentárias (2003-2017). Elaboração: Luiz Fernando Reis.

**Tabela 7** – Recursos destinados à função Ciência e Tecnologia como percentual do PIB e das despesas da União (todas as funções) – 2003-2016. Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2017 (IPCA)

ANO	PIB (A)	DESPESAS DA UNIÃO (TODAS AS FUNÇÕES) (B)	DESPESAS CIÊNCIA E TECNOLOGIA		
			R\$ (C)	% C/A	% C/B
2003	3.895.160.472.325	1.987.216.461.482	<b>4.519.234.007</b>	<b>0,12</b>	<b>0,23</b>
2004	4.164.156.407.484	1.931.703.196.210	5.545.286.801	0,13	0,29
2005	4.320.092.624.505	2.202.834.524.412	6.517.129.748	0,15	0,30
2006	4.602.940.881.878	2.261.326.345.532	7.293.822.040	0,16	0,32
2007	5.014.124.645.723	2.255.765.314.817	7.977.093.444	0,16	0,35
2008	5.424.118.567.020	2.195.670.869.725	9.113.013.880	0,17	0,42
2009	5.542.577.795.902	2.355.312.350.742	10.293.508.941	0,19	0,44
2010	6.151.878.678.050	2.382.563.437.881	<b>11.944.500.124</b>	<b>0,19</b>	<b>0,50</b>
2011	6.497.264.244.840	2.489.457.324.531	10.392.725.217	0,16	0,42
2012	6.781.637.607.600	2.438.436.631.627	8.715.532.183	0,13	0,36
2013	7.070.953.066.370	2.398.427.683.244	11.421.456.334	0,16	0,48
2014	7.208.030.287.370	2.741.096.560.692	8.000.509.359	0,11	0,29
2015	6.859.120.370.130	2.636.033.375.876	7.499.730.384	0,11	0,28
2016	6.585.020.596.386	2.724.285.351.166	6.545.318.872	0,10	0,24
2017	6.671.459.244.167	2.548.170.051.268	<b>6.343.999.026</b>	<b>0,10</b>	<b>0,25</b>
$\Delta$ 2003-2017	<b>71,28%</b>	<b>28,23%</b>	<b>40,38%</b>		
$\bar{x}$ 2003-2017			<b>2017 &lt; 2010 (46,89%)</b>	<b>0,14</b>	<b>0,34</b>

Fonte: Banco Central do Brasil (2018); senado Federal (2018b). Demonstrativos da Execução Orçamentária por Órgãos e Unidades Orçamentárias (2003-2017).

# Investimento total, governamental e empresarial em C&T como percentual do PIB – Países selecionados, 2012



Fonte: Unesco (2015). Elaboração: Eptácio Macário

**2012: 0,36% (União)**

**Brasil: 0,63% (Setor Público)**

**0,52% (Setor privado)**

**Tabela 9 - Despesas da União com o CNPq como percentual do PIB e das despesas da União (todas as funções) - 2003-2017.**  
Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2018 (IPCA)

ANO	PIB (A)	DESPESAS DA UNIÃO (TODAS AS FUNÇÕES) (B)	DESPESAS COM O CNPQ		
			R\$ (C)	% C/A	% C/B
2003	3.895.160.472.325	1.987.216.461.482	<b>1.539.287.580</b>	<b>0,04</b>	<b>0,08</b>
2004	4.164.156.407.484	1.931.703.196.210	1.579.136.800	0,04	0,08
2005	4.320.092.624.505	2.202.834.524.412	1.592.411.401	0,04	0,07
2006	4.602.940.881.878	2.261.326.345.532	1.700.945.866	0,04	0,08
2007	5.014.124.645.723	2.255.765.314.817	1.662.183.571	0,03	0,07
2008	5.424.118.567.020	2.195.670.869.725	1.445.669.321	0,03	0,07
2009	5.542.577.795.902	2.355.312.350.742	1.779.020.440	0,03	0,08
2010	6.151.878.678.050	2.382.563.437.881	1.855.095.767	0,03	0,08
2011	6.497.264.244.840	2.489.457.324.531	1.838.928.859	0,03	0,07
2012	6.781.637.607.600	2.438.436.631.627	1.951.392.640	0,03	0,08
2013	7.070.953.066.370	2.398.427.683.244	<b>2.537.868.592</b>	<b>0,04</b>	<b>0,11</b>
2014	7.208.030.287.370	2.741.096.560.692	2.344.128.052	0,03	0,09
2015	6.859.120.370.130	2.636.033.375.876	1.834.940.026	0,03	0,07
2016	6.585.020.596.386	2.724.285.351.166	1.362.385.866	0,02	0,05
2017	6.671.459.244.167	2.548.170.051.268	<b>1.318.479.380</b>	<b>0,02</b>	<b>0,05</b>
<b>Δ 2003-2016</b>	<b>71,28%</b>	<b>28,23%</b>	<b>-14,34%</b>		
<b><math>\bar{x}</math> 2003-2016</b>			<b>2003/2013: 64,91%</b>		
			<b>2017/2013: (48,07%)</b>	<b>0,03</b>	<b>0,07</b>



**Tabela 10 - Despesas da União com a CAPES como percentual do PIB e das despesas da União (todas as funções) - 2003-2017.**  
Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2018 (IPCA)

ANO	PIB (A)	DESPESAS DA UNIÃO (TODAS AS FUNÇÕES) (B)	DESPESAS COM A CAPES		
			R\$ (C)	% C/A	% C/B
2003	3.895.160.472.325	1.987.216.461.482	<b>1.214.627.343</b>	<b>0,03</b>	<b>0,06</b>
2004	4.164.156.407.484	1.931.703.196.210	1.204.371.923	0,03	0,06
2005	4.320.092.624.505	2.202.834.524.412	1.308.747.794	0,03	0,06
2006	4.602.940.881.878	2.261.326.345.532	1.403.623.307	0,03	0,06
2007	5.014.124.645.723	2.255.765.314.817	1.439.677.070	0,03	0,06
2008	5.424.118.567.020	2.195.670.869.725	2.198.745.914	0,04	0,10
2009	5.542.577.795.902	2.355.312.350.742	2.698.522.166	0,05	0,11
2010	6.151.878.678.050	2.382.563.437.881	3.164.679.784	0,05	0,13
2011	6.497.264.244.840	2.489.457.324.531	4.082.415.339	0,06	0,16
2012	6.781.637.607.600	2.438.436.631.627	4.037.361.694	0,06	0,17
2013	7.070.953.066.370	2.398.427.683.244	5.679.880.442	0,08	0,24
2014	7.208.030.287.370	2.741.096.560.692	6.759.453.323	0,09	0,25
2015	6.859.120.370.130	2.636.033.375.876	<b>8.757.417.507</b>	<b>0,13</b>	<b>0,33</b>
2016	6.585.020.596.386	2.724.285.351.166	5.327.390.956	0,08	0,20
2017	6.671.459.244.167	2.548.170.051.268	<b>4.006.127.800</b>	<b>0,06</b>	<b>0,16</b>
<b>Δ 2003-2017</b>	<b>71,28%</b>	<b>28,23%</b>	<b>229,82%</b>		
<b>2003-2017 (% MÉDIO)</b>			<b>2003/2015: 620,74%</b>	<b>0,06%</b>	<b>0,15%</b>
			<b>2017/2015: (54,25%)</b>		



# CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Agenda regressiva dos governos Temer e dos governos estaduais não foi implantada na sua integralidade (Reforma da Previdência e o fim da indexação ao salário mínimo dos benefícios assistenciais e previdenciários, por exemplo);
- Neste momento de grave ataque aos direitos da classe trabalhadora é preciso continuar resistindo. Os “novos” governos, em maior ou menor medida, tentarão restringir nossos direitos (reforma da previdência, por exemplo). **É preciso apostar na unidade da/de classe.**

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

- A dívida pública é um dos principais instrumentos para garantir a rentabilidade do capital financeiro/fictício.
- Parcela significativa do Orçamento da União tem sido utilizada para pagar despesas com a dívida pública.
- O escoamento de grande parte do fundo público para as despesas com a dívida acarreta uma redução de recursos disponíveis ao financiamento da educação, da ciência e tecnologia e de outras políticas sociais.



QUE FAZER DIANTE  
DE TAL SITUAÇÃO?

## AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA:



- A Auditoria da Dívida está prevista no Artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988. A Constituição Federal tem sido solenemente ignorada (Sarney, Collor, Itamar, FHC, Lula, Dilma e Temer).

### AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL:

- PPA (2016-2019): vetada por Dilma (Jan 2016);
- LDO (2017): vetada por Temer (Dez 2016);
- LDO (2018): vetada por Temer (Ago 2017);

## QUE FAZER?

**CONTINUAR LUTANDO PELA AUDITORIA DA DÍVIDA, EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, EM DEFESA DOS DIREITOS SOCIAIS: EM DEFESA DO FUTURO.**

**“GANHA A GUERRA**

**QUEM AGUENTA MAIS UM POUCO”**

General Giap, estrategista militar e o comandante das históricas vitórias bélicas do Vietnã contra o colonialismo francês (1954) e o imperialismo dos EUA (1973). Morreu em 2013, aos 102 anos.

**“Nada a temer  
Senão o correr da luta  
Nada a fazer  
Senão esquecer o medo.”**  
(Sergio Magrão)

**O QUE ESTÁ EM JOGO É O FUTURO DO PAÍS COMO NAÇÃO  
SOBERANA DO PONTO DE VISTA POLÍTICO, CIENTÍFICO E  
TECNOLÓGICO. O QUE ESTÁ EM JOGO É O NOSSO FUTURO.**

**MÃOS À OBRA**

**OBRIGADO!**

**[reisl Luizfernando@gmail.com](mailto:reisl Luizfernando@gmail.com)**

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, Gilberto Luiz; OLENIKE, João Eloi; AMARAL, Letícia Mary Fernandes; YASBEK, Cristiano Lisboa. **Evolução da carga tributária brasileira**. Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário. 2015. Disponível em: <<https://www.ibpt.org.br/img/uploads/novelty/estudo/2142/05EvolucaoDaCargaTributariaBrasileira.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2015.
- AMARAL, Nelson Cardoso. **Para compreender o financiamento da educação básica no Brasil**. Brasília: Liber Livro, 2012.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Produto Interno Bruto: 2003-2017**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp>>. Acesso em 20 mar. 2018a.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Notas Econômico-financeiras para a imprensa**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/infecon/notas.asp?idioma=p>>. Acesso em 6 set. 2018b.
- CHESNAIS, François. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração e consequências**. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2009.
- PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). **Uma ponte para o Futuro**. Fundação Ulysses Guimarães. Brasília, 2015
- REIS, Luiz Fernando. **Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014)**. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana). Centro de Educação e Humanidades. Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015.
- REIS, Luiz Fernando Reis; MACÁRIO, Epitácio. **Dívida pública, sistema tributário e financiamento de C&T no Brasil (2003-2017)**. 2018 (No prelo).
- Secretaria da Receita Federal. **Carga Tributária no Brasil – 2015** (Análise por tributo e base de incidência). 2016. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/ctb-2015.pdf/view>> Acesso em 7 set. 2018
- SENADO FEDERAL. **Demonstrativos da Execução Orçamentária por Grupo Natureza da Despesa (GND)**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em 24 fev. 2018a.
- SENADO FEDERAL. **Demonstrativos da Execução Orçamentária por Órgãos e Unidades Orçamentárias**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em 24 fev. 2018b.
- SENADO FEDERAL. **Demonstrativos da Execução Orçamentária por Função e por Subfunção**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em 24 fev. 2018c.